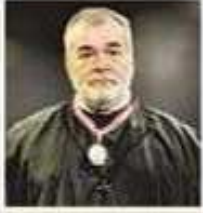


A ESQUIZOFRENIA ESTATAL

MARCELO ALBERT/TJMG



LUÍS CARLOS BALBINO GAMBOGI

Desembargador do Tribunal de
Justiça de Minas Gerais (TJMG)

Os gargalos do Judiciário, ainda que reflitam nos magistrados, não podem ser vistos como mazelas da magistratura porque os magistrados são delas vítimas, não produtores.

Segundo os dados apresentados pela Justiça em Números 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os magistrados brasileiros, em comparação com França, Espanha, Portugal e Itália, são os que apresentam maior produtividade, julgando a assombroso número de 1.564 ações em 2013, 1,7% acima do registrado em 2012.

Verifica-se, contudo, que enquanto cresce a produtividade, cresce ainda mais o número de novas ações. Para se ter uma ideia, foram propostas 28,3 milhões de novas ações em 2013, perfazendo 95 milhões de processos tramitando na Justiça brasileira. Os dados também revelam que a premissa segundo a qual a tramitação de 95 milhões de processos judiciais em nosso país evidencia a alta litigiosidade da população não é verdadeira. Afora as instituições financeiras, litigantes contumazes e responsáveis por 24,5% dos processos em tramitação, observa-se que a Fazenda Pública (União, estados e municípios) e as concessionárias de serviços públicos valem-se exageradamente do serviço jurisdicional, respondendo por 51,5% dos processos em andamento.

Os dados do CNJ esclarecem que o Poder Judiciário, que é provido com recursos públicos, converteu-se numa instituição que praticamente se ocupa de solucionar litígios nascidos do setor público, o que é um paradoxo, dir-se-ia uma atitude esquizofrênica. Alguma coisa deve ser feita. Não é racional admitir que o setor público, que arca com os gastos do Judiciário, continue a produzir um volume absurdo de demandas que ele mesmo suporta sob a óptica financeira, enquanto a sociedade brasileira, especialmente os mais humildes, assistem a este cenário inexplicável: o Estado consumindo energia e dinheiro para resolver litígios gerados por ele mesmo.

Como consequência dessa disfunção, afogado numa avalanche de ações, o Judiciário encontra-se próximo do colapso. De minha parte, ponho-me de acordo com a posição de João Ricardo Costa, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que sugere ao CNJ a criação de núcleo científico de monitoramento e análise do litígio no Brasil. Apenas enfatizo que devemos, com humildade, trabalhar sob a óptica interdisciplinar. Não apenas experts no direito e no Judiciário são necessários. Profissionais de outros campos do conhecimento, como ad-

ministração, economia, psicologia e sociologia, podem contribuir. Precisamos também, com altivez, nos aproximar mais e melhor do Legislativo e do Executivo, de modo a permitir que conheçam nossos esforços, nossas dificuldades, nossos erros e nossos acertos. Compomos, todos nós, a estrutura do Estado. Por conseguinte, não faz qualquer sentido que nos coloquemos no mundo como compartimentos estanques, como que em campos opostos. Afinal, estamos todos a serviço da sociedade.

Estou certo de que não é justo que se cobrem maiores e melhores resultados da magistratura se não se lhes oferecem os instrumentos de que precisa. Entendo que o juiz, para não se perder por trás da gigantesca pilha de processos aos seus cuidados, para se ocupar dos direitos do cidadão, para preservar a dimensão humana do serviço jurisdicional, para sondar o que se oculta no coração da controvérsia, para conhecer a densa e complexa pauta do mundo, e nele imprimir o sentido da justiça, necessita de apoio logístico, de tempo, de preparo intelectual, de esperança, de liberdade e de subsídios compatíveis com a gravidade da função. Não é plausível nem razoável exigir dos magistrados decisões céleres, tecnicamente corretas e eticamente justas, sem que se lhes deem condições de trabalho. Do contrário, o que se ganhar em celeridade estará perdido em qualidade.

NÃO É RACIONAL ADMITIR QUE O SETOR PÚBLICO, QUE ARCA COM OS GASTOS DO JUDICIÁRIO, CONTINUE A PRODUZIR UM VOLUME ABSURDO DE DEMANDAS QUE ELE MESMO SUPORTA SOB A ÓPTICA FINANCEIRA, ENQUANTO A SOCIEDADE BRASILEIRA, ESPECIALMENTE OS MAIS HUMILDES, ASSISTEM A ESTE CENÁRIO INEXPLICÁVEL: O ESTADO CONSUMINDO ENERGIA E DINHEIRO PARA RESOLVER LITÍGIOS GERADOS POR ELE MESMO